

## **SIGNIFICATIVIDADE E VERDADE**

*Celso R. Braidá\**

**RESUMO** *O presente artigo enfoca a concepção semântica da noção de verdade e a interpreta como uma tese acerca da prioridade da significatividade em relação à verdade. A partir disso, argumenta-se que a concepção deflacionista da verdade é inadequada, com base na alegação de que a significatividade envolve relações inferenciais e referenciais e na alegação de que a predicção da verdade envolve a atribuição de existência.*

**ABSTRACT** *This paper focuses the semantic conception of truth and takes it as a thesis about the priority of significance in relation to the truth. It's argued that the deflationary conception of truth is inadequate, on the allegation that the significance envelops inferential and referential relations, and on the allegation that the predicament of truth involves the assignment of existence.*

O objetivo deste texto é analisar a noção de verdade como uma noção semântica e, simultaneamente, estabelecer umnexo entre teoria semântica e teoria ontológica. Para cumprir estes objetivos vou considerar três questões: (1) o que significa alocar a noção de verdade no domínio das noções semânticas? (2) como as noções de verdade e de significatividade se interrelacionam? (3) em que medida a noção de verdade introduz um componente ontológico extra-semântico? Como resposta a estas questões vou defender, primeiro, a tese da interdependência entre significatividade e verdade como nú-

\* Departamento de Filosofia, CFH, UFSC.

cleo da concepção semântica proposta por Tarski; depois, vou inferir, dessa interdependência, a tese de que a explanação deflacionista da noção de verdade é inadequada, porquanto não consegue dar conta dos envoltimentos semânticos da predicação da verdade de uma sentença; terceiro, vou argumentar que a leitura deflacionista da verdade é necessária para a tese da neutralidade ontológica das noções semânticas e que por conseguinte tal tese não se sustenta.

Entre estas questões darei um lugar especial àquela que diz respeito ao modo como a predicação da verdade parece introduzir um componente ontológico que extrapola o âmbito semântico, embora dele não seja independente, que se manifesta sob a forma da exigência da existência do objeto de referência para a determinação de uma proposição como verdadeira. A existência ou não de algo, e a pertinência ou não de uma propriedade a um objeto, seguramente, são exteriores à semântica. Por isso, faz-se necessário retomar a definição semântica da verdade para esclarecer em que medida este comprometimento com fatores não-semânticos efetiva-se, pois, é de conhecimento geral que uma das vantagens alegadas pelos defensores da definição semântica era a sua neutralidade.

O ponto a ser defendido é que, sendo a significatividade autônoma em relação à existência, mas não dela independente, importando apenas a *determinidade semântica* para que uma expressão tenha sentido, a noção de verdade, enquanto conceito relacional, aplicável à conexão entre itens semânticos e itens ontológicos, exige um fator que está para além do que pode ser dado através da significatividade. Este fator adicional aparece nas definições como uma cláusula existencial: a proposição de que  $p$  é verdadeira se ... *é o caso* (... *existe*, ... *ocorre*, etc.), onde “...” é substituído por um “*truth-maker*” objetivo. Justamente este fator é indisputado pelas diferentes semânticas, a diferença ficando relegada ao modo como ele será conceituado e relacionado com os demais conceitos da teoria. Para esclarecer este ponto retomarei o núcleo da definição de A. Tarski mostrando que a neutralidade, ali advogada, de modo algum é uma solução ao problema, antes constituindo-se em um não pronunciamento acerca da questão, cuja resposta é relegada para um outro âmbito fora da semântica.

### **1. A concepção semântica da verdade.**

Em geral as considerações sobre o tratamento tarskiano da noção de verdade levam em conta apenas as condições formais e materiais de adequação de sua definição, deixando de lado a própria definição ou simplesmente presupondo que ela é uma decorrência natural daquelas condições. Todavia, do

fato de que a definição proposta por Tarski seja compatível com as condições que ele estabelece não se segue que haja uma implicação necessária entre os dois feitos, muito menos que ela seja a única a cumpri-las.

As condições formal e material são, respectivamente, que a definição não permita a derivação de paradoxos e inconsistências, o que é garantido pela distinção entre metalinguagem e linguagem objeto, e que a definição garanta a derivação de bicondicionais da forma (T) para todas as sentenças da linguagem. Estas condições impõem restrições a qualquer definição proposta. Porém, estas condições pouco ou nada dizem acerca da definição fornecida em termos de satisfazibilidade. Antes, a definição final torna-se mais clara apenas quando se considera a definição da qual Tarski parte e pretende apanhar o sentido. Com efeito, a definição privilegiada por Tarski é uma versão da definição aristotélica, a qual Tarski considerava ser uma explicitação confusa do sentido ou intensão do termo “verdadeiro”:

Dizer daquilo que é que não é, ou daquilo que não é que é, é falso, enquanto dizer daquilo que é que é, ou daquilo que não é que não é, é verdadeiro.<sup>1</sup>

Nesta caracterização do que é ser verdadeiro estão presentes duas outras noções, uma semântica e outra ontológica: “dizer” e “ser”. O sentido da expressão “verdadeiro” é explicitado por meio da articulação dessas noções, as quais são tidas como já explicitadas. Tarski, porém, como que traduz a formulação aristotélica para o vocabulário semântico-referencialista:

Caso decidíssemos generalizar o uso do termo ‘designar’ através de sua aplicação, não só a nomes mas também a frases, e se concordássemos em falar dos *designata* de frases como sendo ‘estados de coisas’, então, poderíamos usar para o mesmo propósito a seguinte formulação:  
Uma frase é verdadeira se designa um estado de coisas existente.<sup>2</sup>

Novamente, esta formulação consiste na articulação de uma noção semântica, “designação”, e uma noção ontológica, “existência”. Todavia, na versão contemporânea, não fica explicitado qual é mesmo a conexão entre uma e outra, pois cada uma delas aplica-se a algo distinto, respectivamente a uma “frase” e a um “estado de coisas”. Seguindo o padrão aristotélico, deveríamos esperar que houvesse a contraparte para o sentido de “falso” nos seguintes termos: “falso significa que a frase designa um estado de coisas não-existente”, ou ainda, “falso significa que a frase não designa um estado de coisas existente”. O que parece não fazer sentido, pois “designar” parece

1 “A concepção semântica da verdade e os fundamentos da semântica”, §3, p.77.

2 *Idem*, §3, p.77.

implicar a existência do que é designado e, por outro lado, “não-designar” parece implicar que a sentença não tem sentido. Tarski, porém, não entra nesse tipo de consideração, recusando estas formulações como não satisfatórias, e propondo então um critério de adequação material para a definição. O critério é o esquema (T):

(T) X é verdadeira se, e somente se, *p*.

Chamaremos a qualquer equivalência deste gênero (com ‘*p*’ substituída por qualquer frase da linguagem à qual a palavra “verdadeira” se refere, e ‘X’ substituída por um nome dessa frase) uma “equivalência da forma (T)”.

Somos agora finalmente capazes de formular de forma precisa as condições debaixo das quais consideraremos o uso e a definição do termo “verdadeiro” como adequados do ponto de vista material: queremos usar o termo “verdadeiro” de tal maneira que todas as equivalências da forma (T) possam ser afirmadas, e chamaremos a uma definição de Verdade “adequada” se todas essas equivalências dela se seguirem.<sup>3</sup>

Esta condição material diz ainda muito pouco sobre a própria noção para a qual ela foi estabelecida, ela apenas fornece um meio de controlar a extensão do termo.

A definição propriamente dita começa a esboçar-se quando Tarski propõe que o conceito de verdade seja considerado um conceito semântico. Por semântica entendia ele a disciplina que “*trata de certas relações entre as expressões de uma linguagem e os objetos (ou “estados de coisas”) “referidos” por essas expressões*”<sup>4</sup>. Para a palavra “verdadeiro” isto tem que ser qualificado, pois:

Enquanto as palavras “designa”, “satisfaz”, e “define” exprimem relações (entre certas expressões e os objetos “referidos” por essas expressões), a palavra “verdadeiro” tem uma natureza lógica diferente: ela exprime uma propriedade (ou denota uma classe) de certas expressões, notadamente de frases. Contudo, é fácil ver que todas as formulações que foram anteriormente feitas e que tinham o propósito de explicar o sentido desta palavra (cf. seções 3 e 4), referiam-se não só a frases elas próprias, mas também aos objetos de que elas “falam”, ou possivelmente a “estados de coisas” por elas descritos. E, para além disso, tem-se o resultado de que a maneira mais simples e natural de obter uma definição exata de Verdade é uma que envolve o uso de outras noções semânticas, por exemplo, a noção de satisfazibilidade. É por essas razões que incluímos o conceito de verdade que é aqui discutido entre os conceitos da semântica...<sup>5</sup>.

Este é o ponto em que se explicita a segunda condição, agora formal, de adequação para uma definição de verdade, qual seja, a de que a definição não

3 *Idem*, §4, pp. 79-80.

4 *Idem*, §5, p. 80.

5 *Idem*, §5, p. 81..

permita a derivação de paradoxos e inconsistências. O recurso utilizado foi a distinção entre a *linguagem em que* se está a definir uma noção e a *linguagem para a qual* se está a definir, metalinguagem e linguagem objeto, respectivamente. Esta distinção é a chave para compreender-se porque a definição proposta por Tarski é semântica e referencial. A linguagem objeto, quando considerada a partir da metalinguagem, é um objeto, obviamente um objeto lingüístico, mas um objeto que é designado, descrito, identificado, etc.. por expressões da metalinguagem. Em última instância, a relação de designação entre (meta) *linguagem* e (linguagem) *objeto* sempre é pressuposta como translúcida no momento da definição do aparato de noções semânticas, do mesmo modo que entre a linguagem objeto e o domínio de referência.

Na medida em que é um conceito semântico, a noção de verdade deverá ter um *explanandum* semântico. Tal *explanandum* é a noção de satisfazibilidade, a qual, na sua formulação mais abstrata, estabelece uma relação entre uma seqüência de objetos e uma função proposicional: os termos designadores, no caso as variáveis, remetem a posições na seqüência e os termos predicadores remetem a conjuntos de itens na seqüência. A seqüência e sua estruturação, bem como os termos e a estruturação das funções proposicionais, são previamente estabelecidos, de modo que esta relação de remissão é pressuposta como já fixada. A satisfazibilidade de uma função proposicional, ou de uma sentença, não é uma questão a ser decidida *a posteriori*; ao contrário, que uma determinada seqüência de objetos satisfaça ou não uma dada sentença é algo que se decidiu quando da estipulação da linguagem.

Uma vez definida a noção de satisfazibilidade, a qual é uma noção relacional, se a aplicamos a expressões e seqüências de objetos, também explicamos o que é que é ser verdadeiro em termos relacionais. A definição final de Tarski é esta: “*Uma frase é verdadeira se é satisfeita por todos os objetos, de outro modo é falsa*”<sup>6</sup>.

Esta definição, propriamente falando, tem como característica central a sua qualificação como “semântica”, isto é, a sua qualificação como um conceito que se aplica a uma relação entre uma expressão significativa (o nome de uma sentença) e um objeto significado (a própria sentença), e o recurso à noção semântica de “satisfazibilidade”, a qual é uma relação semântica entre uma função proposicional, ou entre uma sentença, e uma seqüência de objetos. Para qualquer sentença gerável segundo as regras de composição a partir do vocabulário previamente estipulado, dado um domínio de referência, está fixada a sua significação e, portanto, está fixado se ela é ou verdadeira ou falsa.

6 *Idem*, §11, p. 92.

Há, entretanto, uma tensão geradora de ambigüidades no cerne do projeto semântico tarskiano, a qual, do ponto de vista desenvolvido nessa investigação, é resultante de uma indecisão entre a fundação referencial e a inferencial da semântica. Isto fica claro na interpretação dos bicondicionais gerados pelo esquema (T), os quais são neutros, ou ambíguos, com relação a uma leitura referencial e uma leitura inferencial. Este é um sentido em que se pode entender a alegação de neutralidade da semântica tarskiana. Considere-se o bicondicional gerado pela sentença “A neve é branca”:

(T) “A neve é branca” é verdadeira se e somente se a neve é branca.

Sob uma interpretação referencialista, a expressão “a neve é branca” no lado direito é significativa na medida em que seus termos referem e estes referem se há algo que, no mínimo, a expressão “a neve” refere. Então, nessa perspectiva, tal bicondicional não apenas diz algo sobre o mundo como exige, para a sua verdade, que o mundo seja de um modo e não de outro. Sob uma leitura inferencialista, nada nesse bicondicional remete ao mundo, sendo ele inteiramente intralingüístico. A verdade da sentença “A neve é branca” é tão somente equivalente à sentença mesma, quer dizer, o bicondicional apenas diz que quem afirma que a neve é branca deve estar preparado para afirmar que “a neve é branca” é verdadeira, e vice-versa, e isto esgota o sentido da palavra “verdadeira”<sup>7</sup>. Todavia, isto deixaria toda a questão para ser decidida no momento da estipulação da linguagem objeto, pois, não se pode esquecer que a significatividade da linguagem objeto é pressuposta como fixada.

Esta é a consequência de alocar o conceito de verdade entre as noções semânticas, isto é, de tornar o conceito de verdade um conceito derivado de noções semânticas mais primitivas, e não é um problema apenas da definição da noção de verdade. Antes, é um problema da definição de definição. Com efeito, a noção de definição, enquanto explicitação da significação de um termo, tanto pode ser vista como a determinação da extensão de um termo (referencial: a que objetos ele se aplica), quanto como a determinação das relações internas com outros termos (inferencial: a que expressões ele remete)<sup>8</sup>. Com efeito, a noção de definição pode ser entendida seja como a *determinação da compreensão de um conceito*, seja como o *estabelecimento de*

7 Com efeito, TARSKI escreve que “a definição semântica de Verdade não implica nada relativamente às condições debaixo das quais uma frase como (1): (1) *A neve é branca*, pode ser afirmada. A definição apenas implica que, sempre que afirmamos ou rejeitamos esta frase, temos que estar preparados para afirmar ou rejeitar a frase, com ela relacionada, (2) *A frase “a neve é branca” é verdadeira.*” *Idem*, §18, p.105.

8 Duplicidade esta resumida na máxima escolástica: “*cratio naturam rei aut termini significationem exponens*”, a definição é uma frase que expõe a natureza das coisas ou a significação dos termos.

*relação de identidade entre um termo (o termo a definir) e outro termo (composto unicamente de termos ou sinais conhecidos).* Em relação à definição de Tarski, a determinação da extensão é garantida pelo esquema (T), e a explicitação da significação dá-se pela caracterização da verdade como uma noção semântica.

Uma vez que Tarski, em última análise, termina por definir a verdade em termos de satisfazibilidade, e como esta envolve a noção de objeto, resta que a neutralidade advogada não é dependente de uma leitura inferencialista, como se poderia pensar, pois, a leitura em termos de satisfazibilidade é referencial. A neutralidade diz respeito ao que é tomado como objeto e quais são as possíveis estruturas do domínio de objetos. A neutralidade advém, portanto, do caráter formal da definição dos termos semânticos, e é este aspecto que implica a indiferença com relação à natureza dos objetos, pois, aquelas definições apanham apenas os aspectos invariantes do domínio de objetos. Que se trata de estipulação, Tarski o diz quando afirma que a distinção entre termos descritivos e termos lógicos é fruto de uma decisão arbitrária. Isto quer dizer que a definição do aparato semântico não pressupõe senão a noção geral de referência a objetos quaisquer.

A alegação de neutralidade, por conseguinte, é na verdade a tentativa de ir além da sintaxe formal da linguagem, operando com noções semânticas e, ainda assim, desconsiderar a questão da conexão das sentenças significativas com o real, isto é, não implicar nada acerca das condições de asserção das sentenças da linguagem objeto. Entretanto, se a significatividade for pensada como nexos referenciais previamente estipulados, então, tal neutralidade chega tarde, pois, desde que haja linguagem significativa, já se deu tal conexão. Uma vez que há linguagem, a relação com objetos já se deu, pois, do ponto de vista da metalinguagem, a linguagem significativa sempre é direta em sua referência a objetos, sempre bem sucedida em alcançar um objeto, sempre transparente em seu conteúdo, sempre translúcida em sua referência<sup>9</sup>.

Na questão da neutralidade chama-se à liça as relações entre expressões e coisas de que se fala, e em que medida a análise da estrutura das coisas joga algum papel na explanação da significatividade das expressões. Embora Tarski não utilize noções relativas à estrutura do mundo, é apenas sob uma leitura inferencialista que ele pode alegar a neutralidade. Todavia, a leitura inferencialista desconecta a verdade das sentenças de qualquer relação com algo extralingüístico, portanto, desconecta a verdade de uma sentença da significatividade em termos de referência a um domínio de objetos, permanecendo

<sup>9</sup> Sirvo-me aqui de uma frase de H. N. CASTAÑEDA, 1989, p. 252.

então puramente sintática ou intralingüística. Se assim fosse, então, a definição fornecida por Tarski em nada se diferenciaria das definições em termos de substituição e derivabilidade.

A neutralidade advém, antes, do caráter formal das noções semânticas definidas em sua semântica que implica em que elas apenas apanham os aspectos invariantes ou estruturais da linguagem em suas diferentes interpretações. Ao transformar a verdade em um aspecto estrutural da linguagem Tarski parece sugerir que a verdade nada tem a ver com a realidade. Todavia, quando se tem presente que as linguagens, para as quais Tarski define o predicado verdade, são já *significativas*, e que ser significativa, para Tarski, implica ter uma denotação, então, vê-se claramente que, em última análise, ele pode definir a verdade sem recorrer a termos ontológicos, porque as linguagens já estavam conectadas ao real. Que esta conexão seja *semântica*, que nas linguagens formais ela seja *estipulada*, em nada afeta o vínculo referencial pressuposto. A predicação da verdade de uma sentença, na medida em que diz dela que é satisfeita, afirma a remissão ao existente. Pois, é suficiente mostrar que um termo de uma sentença não designa, ou seja, mostrar que não há referente no domínio que lhe corresponda, para invalidar o bicondicional gerado por ela.

Enquanto conceitos semânticos, verdade e falsidade aplicam-se ao conteúdo expresso, ou proposição, e não diretamente à sentença; mas, o conteúdo apenas se deixa especificar pela sentença que o expressa em uma situação-contexto, o que exige que aqueles conceitos sejam definidos relativamente a uma linguagem específica. Embora sejam definidos sempre para linguagens dadas, verdade e falsidade, enquanto conceitos gerais, se dizem dos nexos referenciais-inferenciais de uma dada sentença proferida em uma situação e um contexto discursivo. Ao predicarmos verdade de uma sentença estamos a dizer que ela é significativa, que seus nexos referenciais-inferenciais são consistentes no contexto e ajustados à situação. Ou seja, a predicação da verdade inclui implicitamente o reconhecimento da sentença como lingüisticamente correta e como referencialmente bem fundada.

## **2. Interpretação deflacionária da concepção semântica**

A caracterização da noção de verdade como semântica parece retirá-la do domínio da ontologia e da epistemologia, no sentido de mais empregar noções ontológicas e epistemológicas. Os predicados “verdadeiro” e “falso” são semânticos porque se aplicam à relação entre expressão e objeto, entre significatividade e entidade, sendo indiferente ao modo como tais entidades são concebidas e como dá-se o acesso a elas. Nessa linha de raciocínio a



definição semântica da verdade tem sido utilizada como justificção de uma concepção *deflacionária* da verdade, cujo cerne consiste em dizer que a predicção da verdade não é a atribuição de uma propriedade, muito menos uma propriedade derivada de uma relação entre expressões e objetos.

Há várias versões da concepção deflacionária, das quais três são as mais relevantes: a tese da redundância do predicado verdade<sup>10</sup>; a concepção da verdade como operador descitacional<sup>11</sup>; e a concepção prosentencial da verdade<sup>12</sup>. (Embora ela seja defendida por teóricos referencialistas em semântica, tal concepção seria apenas compatível com o inferencialismo. Como vimos, o inferencialismo não apenas adota uma versão deflacionária prosentencial como utiliza a tese da redundância e os argumentos descitacionais para sustentar a sua versão). Em dois pontos estas propostas estão de acordo e eu os tomarei como cerne da concepção deflacionária: *primeiro*, que não haveria propriamente falando um predicado verdade, mais precisamente, que a verdade não é uma propriedade; *segundo*, que a asserção da verdade de uma sentença é equivalente a asserção da sentença. Estes dois pontos conduzem à conceitualização da verdade como um operador de generalização<sup>13</sup>.

Estes dois pontos estão presentes na caracterização fornecida por Quine ao interpretar a concepção semântica de Tarski, embora este tratasse a verdade e a falsidade como propriedades de sentenças. Na interpretação de Quine, o termo “verdade” é um operador de descitação (*disquotation*) que permite que falas sobre objetos e estados de coisas sejam substituídas por falas logicamente equivalentes sobre palavras e sentenças:

“O predicado verdade é o lembrete de que, apesar de uma ascensão técnica para tratar de sentenças, nossos olhos fitam ainda o mundo. Esta força canceladora do predicado verdade está explícita no paradigma de Tarski.

“A neve é branca” é verdadeira se e somente se a neve é branca.

As aspas estabelecem toda a diferença entre se falar de palavras e se falar de neve. As aspas representam o nome da sentença que contém um nome, isto é, “neve” de neve. Denominando a sentença verdadeira, declaramos a neve branca. Um predicado verdade representa um recurso para não se usarem aspas.”<sup>14</sup>

A função da noção de verdade seria produzir uma ascensão semântica em que sentenças sobre o mundo e sobre objetos seriam parafraseadas em

10 F. RAMSEY, “Facts and propositions”, em *The foundations of mathematics*.

11 W. QUINE, *Filosofia da lógica* (1972); *Pursuit of truth* (1992).

12 GROVER, D. L., CAMP, J. L. & BELNAP, N.D. “A prosentential theory of truth” (1975); R. BRANDOM, *Making it explicit*, (1994).

13 H. FIELD, “The deflationary conception of truth” (1986), p. 57; P. HORWICH, *Meaning*, (1998), p. 113; M. WILLIAMS, “Meaning and deflationary truth”, (1999), p. 547.

14 *Filosofia da lógica*, p. 27; *Pursuit of truth*, pp. 80-81.

sentenças sobre palavras, o que permitiria a generalização e a expressão de acordo e desacordo com sentenças das quais nós não temos como especificar o conteúdo semântico, p.ex., “O que Airton diz é sempre verdadeiro”, “Toda sentença da forma ‘P ou não-P’ é verdadeiro”. Enquanto operador de ascensão semântica, o predicado “verdadeiro” permite-nos concordar ou discordar de sentenças que não podemos asserir. O ponto deflacionista, entretanto, é que esta função exaure a significação da expressão “verdade”: *“Ascription of truth just cancels the quotation marks. Truth is disquotation. So the truth predicate is superfluous when ascribed to a given sentence; you could just utter the sentence”*<sup>15</sup>. As semelhanças em relação a Tarski são evidentes quando se compara o esquema das equivalências (T) e o esquema do operador de ascensão semântica, o qual poderia ser assim grafado:

(D)  $S$  é verdadeira sse  $p$ ,

onde  $p$  é uma sentença e  $S$  é um nome de  $p$ . A equivalência é entre asserir que  $S$  é verdadeira e asserir  $p$ : asserir que  $S$  é verdadeira é asserir que  $p$ . Enquanto que asserir que  $S$  é verdadeira é uma fala sobre uma sentença, asserir que  $p$  é uma fala sobre o mundo. O termo “verdadeiro” tem sua função esgotada nessa comutação entre falas sobre o mundo e falas sobre palavras. Usando o exemplo clássico:

(1) “A neve é branca” é verdadeira se e somente se a neve é branca.

Segundo a linha de argumentação de Quine, o predicado “verdadeiro” *“serve como sempre para indicar a realidade, através da sentença”*<sup>16</sup>. Em (1) indica-se a comutatividade entre falar da sentença “A neve é branca” e falar da brancura da neve; o que ali é dito é que para falar da neve e de sua brancura, enquanto itens do mundo ou realidade, é equivalente utilizar-se apenas a sentença “A neve é branca” ou então um nome dessa sentença e o predicado “verdadeiro”.

Em que sentido esta explanação define ou explica a noção de verdade? Segundo Quine, ela explica o que é para uma sentença ser verdadeira. De que forma?

It tells us what it is for any sentence to be true, and it tells us this in terms just as clear to us as the sentence in question itself. We understand what it is for the senten-

<sup>15</sup> QUINE, *Pursuit of truth*, p. 80.

<sup>16</sup> *Filosofia da lógica*, p. 25.

ce ‘Snow is white’ to be true as clearly as we understand what it is for snow to be white. Evidently one who puzzles over the adjective ‘true’ should puzzle rather over the sentences to which he ascribes it. ‘True’ is transparent.<sup>17</sup>

Nessa explanação não há lugar para termos semânticos, relativos à significatividade das expressões, nem para termos ontológicos, relativos à entidade dos objetos. O esquema apenas prevê lugar para expressões lingüísticas e um predicado ou operador que faz passar de palavras designando palavras às palavras designadas, sempre utilizando palavras e apenas palavras. Com efeito, a parte direita do esquema é preenchida por uma sentença, assim como a parte esquerda. E o termo “verdade” é então um dispositivo sintático, da metalinguagem, cuja função esgota-se na comutação de um nome de sentença na metalinguagem para a sentença nomeada. A comutação é intralingüística, em todo caso, é imediata, translúcida. Enquanto forma metalingüística, o esquema deflacionista, fica então assim:

(D) \_\_\_ is true if and only if \_\_\_.

Para um sentença *S* qualquer, este esquema torna-se, diz Quine, “*true when S is named in the first blank and written in the second*”<sup>18</sup>.

Diante dessa afirmação torna-se inevitável a pergunta: as duas ocorrências da expressão “*true*”, uma no interior da sentença gerada pelo preenchimento do esquema e a outra como predicado dessa inteira sentença, têm aí o mesmo sentido? Também o predicado “*true*” aplicado ao bicondicional opera uma comutação de uma fala sobre o mundo para uma fala sobre uma sentença? Se assim é, então, segue-se que o conceito de verdade recebe uma explanação que remete para uma ascensão infinita na hierarquia das metalinguagens.

Ora, o deflacionista termina por solapar a seguinte obviedade, em “*S*” é o nome da sentença *p*: se *S* é verdadeira, então, dizer que *S* é falsa, é falso; e se *S* é falsa, dizer que *S* é verdadeira, é falso. Como para o deflacionista dizer que *S* é verdadeira equivale a dizer *p*, segue-se ou que dizer *S* torna-a verdadeira, ou que *S* é verdadeira pura e simplesmente. Para elucidar a intuição por detrás dessa obviedade faz-se necessário distinguir três predicados verdade<sup>19</sup>: o predicado verdade<sub>1</sub>, para a linguagem objeto *L*, o predicado verdade<sub>2</sub>, para metalinguagem *ML*, e o predicado verdade<sub>3</sub>, para *metametalinguagem MML*, (além dos predicados falsidade com os respectivos índices). Assim,

17 *Pursuit of truth*, p. 82.

18 *Idem*, p. 83.

19 O predicado verdade expressaria uma noção indexada (A. GUPTA, “Truth and paradox”, p. 28).

dizer que  $S$  é verdadeira<sub>2</sub>, é verdadeiro<sub>3</sub>, se e somente se  $S$  é verdadeira<sub>1</sub>; e dizer que  $S$  é falsa<sub>2</sub>, é verdadeiro<sub>3</sub>, se e somente se  $S$  é falsa<sub>1</sub>. Embora o deflacionista possa estar de acordo com esta hierarquia, a qual é o cerne da proposta tarskiana, um aspecto que aí se revela mostra os limites da explanação deflacionista. A saber, *o que torna* a predicação da verdade de  $S$ , em ML, verdadeira é a determinação semântica de  $p$ . Considere-se a hierarquia:

- (2) “ $S$  é verdadeira” é verdadeira.
- (1)  $S$  é verdadeira.
- (0)  $p$ .

A verdade ou falsidade de (2) depende da determinidade semântica de (1). Esta, por sua vez, é verdadeira ou falsa em função da determinidade semântica de (0). A verdade ou falsidade de (1) é *forçada pela verdade de* (0). Portanto, é por sua relação semântica com (0) que (1) e (2) adquirem a propriedade da verdade ou da falsidade. Isto implica estabelecer uma direção<sup>20</sup> inferencial: se  $S$  é verdadeira, então,  $p$ ; e isto é o que diz o esquema de deflação. Porém, de  $p$  não se pode chegar a “ $S$  é verdadeira” sem o acréscimo de um *truth-maker*. Por estas considerações vê-se que o esquema deflacionário

- (D)  $S$  é verdadeira sse  $p$ ,

é trivial e não informativo acerca do predicado verdade. O que tal esquema nos informa é a dependência inferencial entre a verdade de  $S$  e  $S$ , isto é, que para estarmos em condições de predicarmos verdade ou falsidade de  $S$  deveremos já ter compreendido  $S$ . Porém, a compreensibilidade de  $S$  nada diz acerca de sua verdade ou falsidade. Para alcançar essa determinação faz-se necessário ir além da linguagem. Com efeito, isto está claro na distinção entre verdade<sub>1</sub> e os demais predicados-verdade engendrados na hierarquia de metalinguagens. O predicado verdade<sub>1</sub> é puramente *referencial*, ele aplica-se ao nexa de uma expressão com o domínio de referência, enquanto que os predicados verdade<sub>2-n</sub> são primariamente *inferenciais*, pois aplicam-se em função de uma conexão intralingüística, na medida em que remetem sempre a uma propriedade semântica de uma outra expressão sentencial.

Como se pode ver, porém, no esquema deflacionário nada é dito acerca do modo como a sentença do lado direito diz algo sobre o mundo. A correlação estabelecida na fórmula (D) não é senão a correlação de equivalência do

20 O esquema (I) “ $S$  is true  $\ll$   $S$ , autoriza uma leitura da esquerda para a direita, (IE) True “ $S$ ”  $\circledast$   $S$ , e outra da direita para a esquerda, (II)  $S$   $\circledast$  True “ $S$ ”. Embora (IE) seja aceito universalmente, (II) não é compatível com semânticas em que sejam permitidas sentenças indefinidas (J. A. BURGESS, “What is minimalism about truth?”, p. 263).

esquema (T). Porém, apesar de não haver lugar no esquema para termos semânticos e ontológicos, o esquema apenas é inteligível se a linguagem em que as expressões agenciadas nele já sejam compreendidas e se o domínio de referência também estiver disponível em suas determinações. (Isto fica claro nas linguagens formais, pois isso é garantido pelas estipulações que as estabelecem e por um algoritmo que provê extensões para os termos não-lógicos.) Caso contrário, como seria possível compreender as instâncias desse esquema? Como entenderíamos o que neles se está a dizer e o que neles se está a relacionar?

Por conseguinte, o esclarecimento veiculado pelas instâncias do esquema é inócuo para quem já conhece a linguagem e a realidade da neve, e incompreensível para quem não conhece a linguagem e nem a neve. A transparência do predicado “verdadeiro” é o seu chegar tarde, a sua dependência em relação a significatividade já realizada. Quine, contudo, mantém que a verdade depende da realidade, que nenhuma sentença é verdadeira (por si mesma), e que é a realidade que assim a torna<sup>21</sup>. Mas, se o esquema apenas articula expressões, como é que o predicado ali explicitado pode ter a ver com a realidade senão pela suposição de que a sentença do lado direito é significativa e que ser significativo é estar conectado de algum modo com a realidade?

Pode-se concordar inteiramente que a verdade de uma sentença depende de algum modo da realidade; mas, então resta por dizer que o esquema de deflação é insuficiente para dar conta do conteúdo semântico dos predicados verdade e falsidade. Considere-se uma explanação não deflacionária do predicado verdade<sub>1</sub>. Decorre do que já dissemos, que as propriedades semânticas de uma sentença dependem dos nexos referenciais e dos nexos inferenciais. A verdade e a falsidade parecem se aplicar ao inteiro conteúdo sentencial, seja ele qual for e seja lá qual for o modo de o especificar. Para dar conta do conteúdo, em primeiro lugar, seria necessário acrescentar ao esquema deflacionário as informações que estabelecem a conexão entre a verdade da sentença “A neve é branca” e a realidade da brancura da neve. Para isso, seria preciso explicitar o implícito no esquema de deflação, o que poderia ser feito do seguinte modo:

- (R) “A neve é branca” é verdadeira, se e somente se:
- (i) Existe um objeto *a* que “A neve” significa;
- (ii) Existe uma propriedade *B* que “branca” significa;
- (iii) A articulação “A neve é branca” significa a atribuição da propriedade *B* ao objeto *a*.
- (iv) A propriedade *B* é instanciada pelo objeto *a*.

21. *Filosofia da lógica*, p. 25.

Nesta caracterização tornam-se explícitas as relações de remissão entre as expressões e os itens do domínio de referência ou mundo. Obviamente, tal caracterização não é minimalista nem deflacionária, pois inclui o uso de noções semânticas e ontológicas. Todavia, o faz para tornar explícito o que está implícito na gramática da significatividade agenciada naquelas expressões. Ao renegar estes acréscimos o deflacionista está a defender que a noção de verdade é independente e separável das noções de objeto, propriedade, significar, atribuir, instanciação, etc. (ou equivalentes). Em suma, o deflacionismo compromete-se com a inteligibilidade das noções de verdade e falsidade quando eliminamos de nossa concepção estas outras noções<sup>22</sup>. Porém, esta estratégia apenas tem sentido na ascensão infinita na hierarquia das metalinguagens, a qual depende em última análise da significatividade da linguagem objeto.

Em segundo lugar, para se esclarecer o inteiro conteúdo sentencial, ainda falta explicitar as relações inferenciais ou intralingüísticas decorrentes da impossibilidade de termos uma linguagem significativa com apenas uma sentença. Adicionar tal informação significaria explicitar as relações de oposição, equivalência, inclusão e exclusão entre os termos da sentença com outros termos da linguagem a qual ela pertence ou, em termos inferenciais, significaria explicitar as relações de consequência e pressuposição entre a asserção desta sentença com a asserção de outras sentenças da linguagem.

Que isso seja necessário mostra-se pela diferença que faz se a asserção da verdade de “A neve é branca” e asserção da verdade de “A neve é azul” são incompatíveis, ou equivalentes, ou opostas, ou independentes, etc.. De onde esta informação pode ser retirada senão das relações entre a significatividade das expressões que conformam a linguagem? Mas, se há relações semânticas entre as sentenças das quais se predica verdade e falsidade, então, a significatividade das expressões componentes faz parte daquilo sobre o que é dito quando se diz que uma sentença é verdadeira ou falsa. Se dizer que a lua é azul é verdadeira implica em negar-se a verdade de a lua é branca, e na verdade de que a lua tem cor, então, no conteúdo dos predicados verdade e falsidade está implícito uma determinação atribuída à relação entre a significatividade das expressões componentes e concomitantes.

O deflacionismo não elimina estes nexos, mas tão somente os deixa não-explicitados como não-pertencentes ao discurso semântico. Isto é claro em Quine, onde a verdade de uma sentença depende da realidade, mas da realidade enquanto tal nada se pode dizer (em função das teses da inescrutabilidade da referência e da relatividade ontológica). Este vínculo com a realidade

22 D. DAVIDSON, “The folly of trying to define truth”, p. 271; H. FIELD, “The deflationary conception of truth”, pp. 78-82.

explicitar-se-ia pela explanação dos nexos referenciais contidos na predicação da verdade e da falsidade, pois, ao dizer-se que uma sentença é verdadeira diz-se algo sobre a realidade ou sobre a existência de algo. Porém, esse passo o deflacionista não pode dar, pois, para isso haveria de se falar que os termos têm referência e que a referência depende da existência.

A explanação deflacionária da verdade termina por ter que aceitar a seguinte caracterização: (1) “verdade” aplica-se apenas a sentenças compreendidas; (2) a alegação de que uma sentença compreendida é verdadeira é equivalente semanticamente à sentença<sup>23</sup>. Em outras palavras, ao tratar a verdade como um operador descitacional conceitua-se a verdade inferencialmente como relativa a remissões entre expressões, no caso entre nomes de expressões e expressões. A tese deflacionista, portanto, resume-se na tese de que não há uma propriedade ou relação pela qual esteja o termo verdade e que, portanto, a noção de verdade é um operador inteiramente *inferencial-intralinguístico* que nada diz acerca das propriedades referenciais de uma sentença.

Entretanto, desses pontos se inferem duas outras alegações: a separabilidade e independência da *verdade* em relação à *significatividae*, e a separabilidade e independência da *significatividae* das expressões em relação à *entidade* dos objetos significados. Que a primeira alegação não seja óbvia, pois o tempo todo o deflacionista supõe a *significatividae* da linguagem e da metalinguagem, já apontamos. Nas próximas seções vou argumentar contra essas duas alegações a partir da intuição da inseparabilidade dos três conceitos (verdade, *significatividae* e entidade), no sentido de que a predicação de um deles envolve a predicação dos outros dois.

### 3. A prioridade da *significatividae* em relação à verdade

Disse na seção anterior que haveria que se pensar na hierarquia dos predicados verdade como se tal hierarquia constituísse uma direção inferencial. Na base estaria o predicado verdade<sub>1</sub>, que instaura a direção. Os predicados verdade superiores dependeriam dele no sentido de o envolverem. Agora vou defender que o predicado verdade base *depende* do predicado *significatividae*. Ou seja, que ao dizermos que uma sentença *S* é verdadeira, implicamos, nessa predicação, que *S* é *significativa*, mas, ao predicarmos que *S* é *significativa* não implicamos que ela seja verdadeira ou falsa.

A *significatividae* de uma expressão, admitindo-se que ela seja composta de fatores referenciais e inferenciais, é independente de tal expressão

23 FIELD, “Disquotational truth and factually defective discourse”, p. 405.

ter ou não um referente. Para as sentenças, respectivamente, a sua significatividade é indiferente a se elas são verdadeiras ou não. Pelo contrário, a significatividade parece ser uma condição necessária para que se possa atribuir verdade ou falsidade. Seria também uma condição suficiente? Argumentarei que a significatividade não é uma condição suficiente, fazendo-se necessário o apelo a um fator extra, e que isto implica a admissão de sentenças que não são nem verdadeiras nem falsas.

O que está em questão é o problema de como se articular, em uma teoria semântica compreensiva, as relações “... *significa* ...” e “... *é verdadeira se* ...”; ou, em outros termos, de como se articular os predicados “... *é significativa*” e “... *é verdadeira*” por meio de uma terceira noção que terá o papel de conceito simultaneamente mediador e explicitador. Considere-se o seguinte contexto:

A expressão “Está chovendo aqui e agora” é significativa. “Está chovendo aqui e agora” *significa* a proposição *p*. *Dizer que* está chovendo aqui e agora *é verdadeiro*. A *proposição* de que *p* é verdadeira se um certo *estado de coisas* existe ou *ocorre* aqui e agora.

O problema é o de como fornecer uma explicitação da correlação entre “significar”, “ocorrer”, “dizer” e “verdadeiro”, de tal modo que a relação entre a asserção de uma dessas quatro sentenças e a asserção das outras seja explicitada, se é que há alguma.

Uma proposta consiste em se articular tais conceitos do seguinte modo:

(1) Se a sentença *S é verdadeira*, e *S* significa que *p*, então, *p* ocorre.

Esta formulação pode ser interpretada de duas maneiras opostas: em uma perspectiva, toma-se os antecedentes (“a sentença *S é verdadeira*”, “*S* significa que *p*”) como condição e o conseqüente (“*p* ocorre”) como condicionado. E, ainda, no antecedente toma-se a predicação da verdade como primária e a predicação da significatividade como secundária. Disso resultaria não apenas que a noção de verdade seria primeira em relação às noções de significatividade e ocorrência, como também que a predicação de ocorrência seria derivada da predicação de verdade e significatividade. Esta interpretação é compatível com a semântica inferencialista.

Noutra perspectiva, toma-se o conseqüente como condição e deriva-se o condicionado. Propriamente:

(1.1) Se *p* ocorre, e *S* significa que *p*, então, *S é verdadeira*.



Nesta perspectiva, a noção de ocorrência é que é implicada, no sentido de que está pressuposta como condição, pelas noções de verdade e significatividade. Além disso, a noção de verdade seria a mais derivada, já que supõe ocorrência e significatividade. Esta seria uma leitura natural para uma semântica referencialista. Pode-se ainda inverter a relação entre significatividade e verdade, chegando-se a seguinte fórmula:

(1.2) Se  $p$  ocorre, e  $S$  é verdadeira, então,  $S$  significa que  $p$ .

Desse modo o que é significar é explicado em termos de ocorrência e ser verdadeiro. Todavia, a relação entre ocorrência e ser verdadeiro fica por esclarecer. (Embora isto seja compatível com uma teoria que tome a relação entre predicados ou conceitos e objetos como primitiva e fundadora da significatividade.)

Uma estratégia diferente parte da correlação inversa, isto é, articula tais conceitos tomando a significatividade como primitiva e dela deriva a noção de verdade via a noção de ocorrência:

(2) Se  $S$  significa que  $p$ , e  $p$  ocorre, então,  $S$  é verdadeira.

Neste modo de estabelecer a correlação entre significar, ocorrer e verdade parte-se do suposto de que significatividade e ocorrência (existência) são independentes e que a verdade é uma propriedade, ou relação de um nível superior, que se aplica a estas duas. Em termos de hierarquia de explicação teríamos a seguinte ordem. Primeiro, uma expressão  $S$  é reconhecida como significativa, ou seja, é reconhecida como uma sentença. Segundo, é reconhecido que  $S$  significa (no contexto-situação) que  $p$ . Terceiro, é reconhecido que  $p$  ocorre. Então, reconhece-se que  $S$  é verdadeira. Do que resulta o esquema:

(3)  $S$  é verdadeira sse  $S$  significa  $p$ , e  $p$  ocorre.

A relação propriamente semântica é a de significatividade que relaciona uma expressão e um conteúdo, o qual pode apanhar uma ocorrência ou não. A verdade, nessa interpretação, é derivada e envolve tanto a noção de significatividade quanto a noção de ocorrência ou existência. Na medida em que ocorrência for pensada como exterior à teoria semântica e que a significatividade for pensada como decorrente de ações dos utentes, pode-se entender então a alegação de neutralidade da teoria semântica como significando que ela está circunscrita às correlações internas a um sistema de expressão já significativo.

A atribuição de verdade ou falsidade, desse modo, seria derivada em relação à atribuição de significatividade: “*é somente depois que se atribui uma proposição expressa que a questão do valor de verdade pode ser levantada*”<sup>24</sup>. Nessa perspectiva, a verdade é um conceito pós-semântico, no sentido de que a questão da verdade surge somente depois que nós temos conteúdo semântico determinado. Todavia, ter conteúdo semântico inclui não apenas a significação das expressões. Isto seria o caso apenas em uma semântica que identificasse ter conteúdo com referencialidade. O que se deve acrescentar à significação para determinar o conteúdo semântico, para que seja determinado o valor de verdade, é a situação e o contexto, pois dependendo da situação-contexto uma sentença ora é verdadeira ora é falsa, ora nem uma nem outra.

Ao dizermos que uma sentença é verdadeira queremos dizer que o seu conteúdo semântico é completo e efetivo, quando dizemos que ela é falsa, que ele é completo mas não efetivo, e quando dizemos que ela não é nem falsa nem verdadeira é porque seu conteúdo não é completo. Considere-se as sentenças:

- (1) “Saudade” é uma palavra da língua portuguesa.
- (2) “Wahrheit” é uma palavra da língua portuguesa.
- (3) A pedra filosofal é azul.

Em (1) e (2) aquilo de que se fala existe e o que se diz dele é um predicável determinável. No primeiro caso o predicado aplica-se ao objeto de discurso, no segundo caso não. Disso decorre a predicação de uma como verdadeira e da outra como falsa. Agora, no terceiro caso não podemos identificar de que se está a falar, isto é, não temos senão nexos inferenciais intralingüísticos que não nos conduzem a umnexo referencial, embora o predicado seja bem comportado. Sendo indeterminado de que se está a falar, não podemos determinar se o predicado aplica-se ou não, logo, o conteúdo semântico é incompleto, e por isso suspendemos a predicação da verdade ou da falsidade.

Os predicados verdade e falsidade, portanto, aplicam-se a algo diferente daquilo a que se aplica os predicados significativo, sem-sentido, bem-construído, etc. Por isso, não se pode dizer simplesmente que o predicado verdade pressupõe a significatividade, como se primeiro um objeto recebesse a qualificação de significativo e depois então os predicados verdadei-

24 ALSTON, W. P. *A realist conception of truth*; p. 260. Ponto semelhante é defendido por P. HORWICH, ao defender que “the various truth-theoretic concepts be posterior to the concept of proposition, and therefore that it be possible to possess the concept of proposition without possessing the concepts of truth, being true of, and reference (*Truth*, p. 130).

ro ou falso. A verdade pressupõe a significatividade, mas não como uma qualificação independente ou exterior. A predicação da verdade e da falsidade aplica-se aos nexos semânticos que uma determinada seqüência de sinais adquire através da significatividade, isto é, através de sua instituição como expressão. A predicação da verdade e da falsidade envolve a predicação da significatividade. Dizer de uma sentença que ela é verdadeira implica reconhecê-la não apenas como uma expressão significativa, como querem os deflacionistas, mas qualificar esta significatividade em relação a um outro fator. Este outro fator é exterior à semântica e será agora objeto de consideração.

A explanação deflacionista foi desenhada para eliminar a suposição de fatores supérfluos e, acertadamente, não aceita que, entre a expressão e o real, se interponha um terceiro fator. Nesse sentido, supondo-se que a conceitualização da verdade e da significatividade como propriedades das expressões levaria a postulação de um intermediário intensional (sentido, conceito, etc.), os deflacionistas procuram mostrar que não se trata de propriedades e que, em última análise, tais conceitos são desprovidos de conteúdo, exercendo apenas um papel auxiliar como operador sintático. Com as considerações deste capítulo pretendo sugerir que verdade e significatividade são propriedades legítimas, embora, como supunha Tarski, sejam propriedades de um tipo especial. Na verdade, elas são noções relacionais e, enquanto tais, propriamente falando não são um terceiro fator subsistente para além dos termos relatados, a saber, as expressões e os objetos. A expressão “casa” não tem nenhuma propriedade para além daquelas dadas pela sua forma. A significatividade da expressão “casa” não está nela (como o vermelho da rosa vermelha,) não é uma *propriedade* dessa seqüência de sinais e, nisso, os deflacionistas estão no caminho correto. Porém, no contexto de uso, isto é, enquanto item de um sistema de expressão tal seqüência de sinais é significativa, propriedade esta decorrente de sua posição sintática e sua função semântica no contexto discursivo. Se é assim, então, a explanação deflacionista da verdade é trivial, mas inteiramente dependente da explanação da significatividade.

A verdade, para concluir, não é correspondência ou conformidade com a realidade. Antes, é a articulação ou comutatividade entre o que é dito (aspectos inferenciais) e aquilo de que é dito (aspectos referenciais) que constitui o cerne da verdade. Este ponto é acentuado para que se mantenha a diferença entre o que pode ser dito e o que é efetivo, entre o que acontece com as expressões e o que acontece com os objetos. O ser significativo de uma sentença indica que, do ponto de vista lingüístico, ela expressa um conteúdo realizável, o que significa dizer que ela não é inconsistente do ponto de vista

dos fatores inferenciais disponíveis no contexto discursivo. Ao predicarmos verdade esta propriedade é pressuposta como condição já realizada. Para que ela seja verdadeira, entretanto, faz-se necessário não apenas que os nexos inferenciais sejam consistentes, mas que os nexos referenciais sejam efetivados, e isto depende da situação de proferimento, ou seja, do modo como estão as coisas. Portanto, ao predicarmos verdade de uma sentença afirmamos tanto dos nexos inferenciais quanto dos nexos referenciais que eles estão bem entrincheirados e bem articulados entre si.

#### **4. A predicação da verdade como articulação de fatores inferenciais e referenciais**

Uma vez aceita a interdependência da verdade e da significatividade, como decorrência de concepção semântica, resta ainda mostrar a interdependência com a noção de entidade. Para isto basta mostrar que a verdade depende da realização de nexos referenciais; mas, isto já foi feito quando defendeu-se que a significatividade inclui os nexos com a situação. O ponto a ser defendido é que a introdução da pergunta pela verdade do expresso por uma sentença exige a consideração da existência e da identificabilidade dos objetos acerca de que é a sentença, e que isto não é garantido pela explanação deflacionista. Se é assim, então, o deflacionismo não apenas não consegue mostrar a independência da predicação da verdade em relação à predicação da significatividade, como também não em relação à predicação da existência.

A dependência entre as noções semânticas e as noções ontológicas torna-se patente no momento da exposição teórica do que é dito ou expresso por uma sentença asserida. Pois é daquilo que é dito ou expresso pela afirmação de uma sentença que faz sentido perguntar se é verdade ou não. A exposição teórica é feita levando-se em conta tanto a sentença quanto a situação-contexto, ou seja, levando-se em consideração a sentença em relação a alguma coisa diferente dela. Para isto são necessários conceitos capazes de analisar tanto os objetos lingüísticos quanto os objetos que compõem a situação, isto é, conceitos capazes de expor a entidade de tais objetos. Em suma, a explanação semântica ela mesma agencia uma ontologia, mesmo ali onde ela se pretende inteiramente intralingüística.

Porém, no que diz respeito à predicação da verdade, o que importa é o seu aspecto relacional. Este aspecto relacional da noção de verdade sempre foi explanado com uma mistura de noções semânticas e ontológicas, como se pode ver nas principais definições estabelecidas na tradição. Considere-se os seguintes contextos clássicos em que a noção de verdade é explicitada:

- (1) “Dizer do que é, que é, é o verdadeiro”.<sup>25</sup>
- (2) “é a coisa que parece ser, de algum modo, a causa da verdade da proposição”.<sup>26</sup>
- (3) “O que o verdadeiro acrescenta ao ente é a concordância ou assemelhação entre a coisa e a inteligência”; “A entidade da coisa antecede a esfera da verdade”.<sup>27</sup>
- (4) “toda predicação verdadeira tem um fundamento na natureza das coisas”.<sup>28</sup>
- (5) “À toda propriedade de uma coisa está ligada a propriedade de um pensamento, a saber, a de ser verdadeiro”.<sup>29</sup>
- (6) “Uma frase é verdadeira se é satisfeita por todos os objetos, de outro modo é falsa”.<sup>30</sup>

Não obstante todas as diferenças entre os textos de onde estas passagens foram retiradas, há uma linha comum que consiste na insistência de que um conceito atribuível a objetos significativos (dizer, proposição, predicação, pensamento, frase), o é em função de um tipo de relação que estes objetos mantêm com outro tipo de objetos (o que é, a coisa, natureza da coisa, coisa, objetos)<sup>31</sup>. Isto sugere que o nexos entre os dois domínios esteja, de algum modo, posto na noção de verdade, que nesta noção exprima-se o liame em que o semântico e o ontológico convergem. Se reservamos os termos “significatividades” e “entidade” para indicar abreviadamente as propriedades semânticas e ontológicas, podemos então dizer que a verdade e a falsidade são propriedades de nível superior que se aplicam a elas. A predicação da verdade e da falsidade, então, diria algo acerca da correlação entre o âmbito da significatividades das expressões e o âmbito da entidade dos objetos.

Como interpretar esta conexão entre significatividades e entidade implícita na predicação da verdade (ou desrelação no caso da falsidade)? A resposta está na dependência da significatividades para com a existência de objetos com propriedades determinadas. Primeiro, existência de objetos significativos com propriedades semânticas determinadas, isto é, a existência de uma expressão com um conteúdo determinado; segundo, existência de algo contra o que (*gegen-stand, ob-jecto*) e a partir do que tal expressão determina-se, uma vez que a linguagem perderia o sentido caso não houvesse algo distinto dela em relação a que as diferentes expressões remetem de diferentes modos e a diferentes pontos de referência.

25 ARISTÓTELES, *Metafísica*, I.IV, III 1011b27.

26 ARISTÓTELES, *Categorias*, 14b.

27 AQUINO, Th. de. *Questões discutidas sobre a verdade*, SI, III, p. 27.

28 LEIBNIZ, *Discours de métaphysique*, VIII, p. 43.

29 F. FREGE, “Der Gedanke”, *Kleine Schriften*, p. 345. Esta correlação é dita logo no início do ensaio: “à Lógica cabe discernir as leis da verdade. (...) Claro que não se trata do que acontece, mas do que é” (Idem, p. 242).

30 A. TARSKI, “A concepção semântica da verdade e os fundamentos da semântica”, §11, p. 92.

31 Esta linha comum, todavia, apenas se deixa determinar assim quando contraposta a uma outra perspectiva, a qual é tão antiga quanto, a saber, aquela que começa com o dito de Protágoras de que o homem é a medida de todas as coisas, passa pela filosofia cética e culmina na formulação de Descartes: “todas as coisas que concebemos mui claramente e mui distintamente são todas verdadeiras”, e atualmente é representada pelas teorias epistêmicas da verdade.

Ao se predicar verdade de uma sentença, seja de “A casa amarela é azul” seja de “Este metro não tem um metro”, ou ainda de “Quem casa quer casa”, se está a dizer que tais seqüências de sinais são significativas; isto é, a predicação da verdade implica o reconhecimento de um conteúdo determinado expresso por elas. Isto fica claro pela suspensão da questão da verdade e da falsidade ali onde a mínima indeterminação semântica (a ambigüidade de um dos termos) é notada. Esta suspensão, em geral, expressa-se por meio da contraposição de uma questão semântica: “em qual sentido?”, “Como entender tal termo?” “Qual é a estrutura gramatical dessa frase?” etc.. Em segundo lugar, ao se predicar verdade implica-se a existência determinada de algo distinto da sentença e contra o que ela deve ser posta em relação. Este aspecto emerge também pela possibilidade do cancelamento da questão da verdade e da falsidade toda a vez em que não se sabe de que se está a falar, o que é feito por meio de um revide referencial: acerca de que estamos falando? a que estás te referindo? em que situação isto foi dito? etc..

Implícito na predicação da verdade está a suposição da referência determinada, a suposição da identidade dos objetos significantes e dos objetos significados, ou seja, da determinidade ontológica do objeto complexo do qual tal predicação se diz. Se a verdade é a noção principal da semântica, ela o é por envolver todas as demais, mas também por nela estar contido o nexos que permite que se vá da significatividade das expressões para a realidade (em termos fregeanos: a aspiração pela verdade é o que sempre nos impele a avançar do sentido das expressões para o que foi por elas significado<sup>32</sup>). Este ir da significatividade para a realidade implica em uma conversibilidade entre o âmbito lingüístico e o âmbito das coisas, a qual se explicita nas noções semânticas, pois o inverso também tem que ser possível, o ir da realidade para as expressões que a dizem.

Esta conversibilidade mostra-se no fato de que a função semântica se realize tem que haver uma compatibilidade entre o que é significado e o que é existente, que seja existente o designado como existente, que não exista o que é dito não existir. Por conseguinte, é a noção de designação ou referência que parece estar diretamente relacionada à relação entre o semântico e o ontológico, pois coloca lado a lado uma expressão e um objeto, tendo como contraparte a noção de existência. Designação e existência seriam as duas noções básicas de uma e de outra e, enquanto tais, seriam interdependentes: a exigência da referencialidade implícita na significatividade e na predicação da verdade envolveria a postulação da existência de entidades com proprie-

32 G. FREGE, “Sinn und Bedeutung”, *Kleine Schriften*, p. 149.

dades determinadas na situação discursiva. Dito em poucas palavras, a predicação de que um termo é designativo envolve uma proposição existencial.

Como noção semântica que é, a noção de verdade engloba os nexos referenciais e inferenciais, e a sua predicação diz deles que a conexão entre ambos é consistente, harmônica, justa, isto é, diz que o campo lingüístico e o campo ontológico, do dizer e do ser, estão conectados de modo adequado. Afirmar a falsidade de uma sentença é afirmar que as ligações inferenciais ao contexto agenciadas na sentença não são consistentes com as ligações referenciais à situação, de tal modo que ao enveredarmos pela senda inferencial perdemos a referência na situação, ou, ao enveredarmos pela senda referencial perdemos as conexões inferenciais. A predicação da verdade e da falsidade, por conseguinte, é incompatível com a indeterminação tanto referencial quanto inferencial.

A predicação da verdade de uma sentença, para concluir, envolve a noção de entidade e existência. Dizer que uma sentença é verdadeira não é apenas reconhecê-la como significativa e utilizável — para isto a noção de verdade é dispensável — mas é além disso dizer que os nexos nela codificados são efetivos, que o que há é tal como ela diz que é. Por isso, a verdade é uma noção com dupla função nas inferências: tanto ela é o que permite deslanchar as conexões inferenciais quanto ela é o que é preservado e transmitido por essas conexões. Ao dizermos que uma inferência é correta porque ela preserva ou transmite a verdade, tanto queremos dizer que a cadeia inferencial não destrói os nexos referenciais com o real quanto que ela não destrói os nexos inferenciais intralingüísticos.

Agora, então, podemos aceitar parte da sugestão deflacionária: a verdade e a falsidade não são propriedades da sentença que ao serem predicadas acrescentariam alguma informação ao que elas por si mesmas já expressam, pois, dizer que é verdadeira é tão somente dizer que a sentença é semanticamente completa, consistente inferencial e referencialmente, que os nexos nela codificados são efetivos e não conduzem a colapsos seja no plano intralingüístico seja no plano extralingüístico. Todavia, como esta característica é o que permite deduzir-se da verdade ou falsidade de uma sentença tanto a existência de algo com alguma determinação na situação quanto a existência de outras sentenças com propriedades semânticas determinadas, a predicação de um valor de verdade contém uma informação para além do previsto no esquema deflacionista, a saber, a indicação da co-pertinência da linguagem significativa e da situação objetiva. As ações pelas quais se dá a significância das palavras são as mesmas pelas quais surgem os objetos com propriedades determinadas. Se há palavras significativas é porque o entorno já está objetivado, e se há objetos determinados, distinguíveis e identificáveis, eles já podem

ser ditos ou indicados ou descritos. A vigência desse regime é a vigência do nexó semântico que une significatividade, entidade e verdade.<sup>33</sup>

### Referência Bibliográficas

- AQUINO, Tomás de. *Questões discutidas sobre a verdade*, trad. Luiz J. Baraúna. São Paulo, Abril, 1973.
- ARISTOTLE. *Metaphysics*; transl. Hugh Tredennick. Cambridge, Harvard UP, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Categories, On Interpretation*; transl. Hugh Tredennick. Cambridge, Harvard UP, 1996.
- ALSTON, W. P. *A realist conception of truth*. Ithaca, Cornell UP, 1996.
- BRANDON, R. B. *Making it explicit: reasoning, representing, and discursive commitment*. Cambridge, Harvard UP, 1994.
- BRANQUINHO, J.(org.) *Existência e linguagem: ensaios de metafísica analítica*. Lisboa, Presença, 1990.
- BURGESS, J. A. "What is minimalism about truth?". *Analysis* 57, 4 (1997) 259-67.
- CASTAÑEDA, H.-N. *Thinking, language and experience*. Univ. of Minnesota, 1989.
- DAVIDSON, D. "The folly of trying to define truth". *The journal of philosophy* XCIII, n6, (1996): 263-278.
- FIELD, H. "Disquotational truth and factually defective discourse". *Philosophical review* 103, n3, (1994).
- \_\_\_\_\_. "The deflationary conception of truth", in C. McDonald & C. Wright (ed.) *Fact, Science and Morality* (Oxford), 1986, pp 55-117.
- FREGE, G. *Kleine Schriften*; hersg. I. Angelelli. 2.Aufl. Hildesheim, G. Olms, 1990.
- GUPTA, A. "Truth and paradox". *Journal of philosophical logic* 11 (1982):1-60.
- GROVER, D. L./ CAMP, J. L./ BELNAP, N.D. "A prosentential theory of truth". *Philosophical studies* 27 (1975), 73-125.
- HORWICH, P. *Truth*. 2.ed. Oxford, Clarendon Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Meaning*. Oxford, Clarendon Press, 1998.
- LEIBNIZ. *Discours de métaphysique*; ed. L. Bouquiaux. Paris, Gallimard, 1995.
- QUINE, W. *Filosofia da lógica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Pursuit of truth*. Cambridge, Harvard UP, 1992.
- RAMSEY, F. "Facts and propositions", in *The foundations of mathematics*. Littlefield, Adams & Co., 1965.
- TARSKI, A. "A concepção semântica da verdade e os fundamentos da semântica"; trad. Branquinho, J. In BRANQUINHO, J.(org.) *Existência e linguagem: ensaios de metafísica analítica*.
- WILLIAMS, M. "Meaning and deflationary truth". *The journal of philosophy* XCVI, 11 (1999): 545-564.

33 Este artigo é uma versão modificada do sétimo capítulo de minha tese de doutorado, intitulada *A complexidade do nexó semântico*, defendida em 2001, no programa de Pós-Graduação em Filosofia da FUC-RJ. Agradeço ao revisor anônimo pelas sugestões e críticas, pois, a partir delas, a clareza do texto foi realçada.